

Fraga ataca força dos bancos públicos

Ronaldo de Oliveira 05.06.01

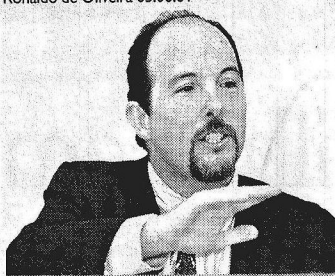
A forte presença de bancos públicos na economia inibe o fortalecimento do setor bancário privado no Brasil, segundo o ex-presidente do Banco Central (BC) Armínio Fraga. Para ele, alguns bancos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), têm um papel a cumprir no curto prazo. No longo prazo, no entanto, disse Fraga, o ideal seria que o setor bancário passasse a ser controlado basicamente pela iniciativa privada.

Ele afirmou que a participação do BNDES na oferta de financiamentos teria que ser feita de forma complementar e não como uma substituição ao mercado de capitais. Para Fraga, o fortalecimento do mercado de capitais é fundamental para alavancar o crescimento do país. "Fico feliz ao ouvir que este governo tenha entendido que o setor financeiro tem uma conexão direta com a economia real."

Fraga fez palestra ontem em seminário organizado pela Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) e disse que o país já conseguiu avançar nas questões macroeconômicas, mas ainda deixa a desejar nas reformas da microeconomia, citando como exemplo a reforma tributária. Essa reforma, na sua opinião, deverá ser aprovada pelo Congresso, mas não da forma como deveria ser.

O ex-presidente do BC citou como algo necessário para a melhora das condições microeconômicas a questão da insegurança jurídica, questionou a continuidade da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e afirmou que é preciso melhorar os organismos de defesa da concorrência, como o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

"Hoje é consenso que um ambiente seguro e transparente é um dos fatores mais



CRESCIMENTO

"AS CONDIÇÕES BÁSICAS PARA A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO SÃO EXCELENTE E AS CONDIÇÕES PARA QUE ESSA RETOMADA SE TRANSFORME EM UM CRESCIMENTO SUSTENTADO SÃO BOAS"

Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central

claros para diferenciar as economias desenvolvidas das não desenvolvidas. Infelizmente, nós ainda não conseguimos avançar neste tema." Segundo Fraga, a CPMF é um imposto nocivo para a economia, pois eleva os custos de capital sem grandes ganhos para a sociedade.

Fraga afirmou que vê um cenário de condições para o crescimento econômico extremamente favorável neste momento. "As condições básicas para a retomada são excelentes e as condições para que essa retomada se transforme em um crescimento sustentado são boas. Um pouco de trabalho poderá fazer com que essas condições para o crescimento sustentado sejam também excelentes," afirmou.

O secretário de Assuntos In-

ternacionais do Ministério da Fazenda, Otaviano Canuto, tem visão semelhante sobre o desenvolvimento do país. Para ele, depois da fase de arrumação da casa em 2003, o segundo ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva será marcado pela aumento da taxa de investimentos no país.

Segundo Canuto, a taxa de investimentos será a variável-chave da economia em 2004, que vai pavimentar o crescimento sustentado do Brasil nos próximos anos. "Um bom sinal tem sido a elevação dos investimentos na economia brasileira no último trimestre. Certamente vai estar acima de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2004", previu.

O secretário espera para 2004 um crescimento "tranquilo" de pelo menos 3,5% do PIB, porcentual que segundo ele poderá ser superior. Ao contrário da retomada do crescimento verificada em 2000, que foi interrompida pela crise de energia em 2001, o secretário não vislumbra no horizonte do próximo ano riscos no front interno que possam comprometer a trajetória iniciada em 2003.

O risco de um choque externo afetar o Brasil no próximo ano, disse Canuto, está na categoria do imponderável. "Um agravamento da situação internacional é um fator desses imponderáveis dos quais nós não podemos analisar com variáveis econômicas", comentou o secretário sobre a possibilidade de uma crise maior em 2004 provocada pelo endurecimento do terrorismo.

O Brasil, no entanto, tem hoje uma situação de menor vulnerabilidade tanto do lado fiscal como do lado do balanço de pagamentos, que assegura maior capacidade de resistência a eventuais turbulências na cenário mundial. Além disso, o Brasil contará com o seguro de US\$ 14 bilhões do novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).